

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

debates@uol.com.br [Twitter.com/Folhadebate](https://twitter.com/Folhadebate)

Mercados reemergentes

MARCOS TROYJO

O conceito de “mercados emergentes” surgiu nos últimos anos como ideia associada ao desenho do futuro. Demografia, escala territorial, baixos custos de produção, acesso privilegiado a commodities — vetores de uma mudança no eixo da geoeconomia.

Nações como os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) alcançaram status de “usinas de crescimento”. Expansão liderada por exportações na China; “economia em transição” para o mercado na Rússia; “outsourcing” e empreendedorismo tecnológico na Índia, e “substituição de importações 2.0” no Brasil mantiveram a economia aquecida — e tensões sociais arrefecidas.

Adaptaram-se com sucesso à “globalização profunda” radicalizada pelo fim da Guerra Fria, ou à “desglobalização” — lógica de cada um por si que influencia o comportamento internacional desde a crise de 2008.

Esse contexto levou a uma ingênua projeção. Os Brics estariam fadados a, inercialmente, liderar um processo de convergência dos emergentes rumo aos padrões de desenvolvimento das economias mais maduras. No advento de crises, observaríamos um desejo “decoupling” — o descolamento entre o imobilismo dos desenvolvidos e o dinamismo dos emergentes.

Nos últimos meses, no entanto, a lua de mel com os emergentes se desgastou. Suas economias desaceleraram. Em contraste, Estados Unidos e Japão se recuperaram. A Europa, ainda que lentamente, está saindo da recessão. Alterou-se o panorama dos fluxos internacionais de liquidez.

Isso tem levado a um novo e apressado prognóstico. Nada mais de convergência ou “decoupling”. Estaríamos de regresso à engessada hierarquia Norte-Sul.

Na realidade, o desempenho ao longo dos próximos anos estará menos relacionado ao que hoje se rotulam economias avançadas ou emergentes e mais à capacidade de se moldarem competitivamente à “reglobalização” em curso.

Ao contrário de um novo “mundo plano”, a reglobalização não trará uma verticalização aguda das dinâmicas supranacionais de integração regional, política e jurídica. Não ambicionará a comunhão de visões de mundo. Não florescerá de um grande pacto global costurado por todas as nações num palco como a ONU (Organização das Nações Unidas) ou a OMC (Organização Mundial do Comércio).

A reglobalização será mais “superficial” — concentrada em comércio, investimento e fortalecimento de redes produtivas. E “seletiva” — resultará de acordos envolvendo, por um lado, EUA e Europa, e, por outro, EUA e países banhados pelo Pa-



Emergente ou desenvolvido, ganhará o país que abandonar a certeza do “automatismo inevitável” de sua ascensão e incrementar a inovação

cífico nas Américas, Ásia e Oceania. Será ainda modelada pelo sucesso ou fracasso da China em converter-se numa economia de consumo e elevado valor agregado.

Nela, terá pouco espaço o neomercantilismo asiático, como o praticado pela China desde que Deng Xiaoping estipulou não importar a cor do gato, mas apanhar o rato. Tampouco impressionará a envergadura de projetos de associação regional-ideológica ou de neodesenvolvimentismo autárquico de países como o Brasil.

Assim, os que hoje classificamos como emergentes podem estagnar-se. Porém, o mesmo também é verdade em relação a economias maduras que deixaram de lado os imperativos do trabalho duro e da constante reinvenção.

Escassearão as chances de na-

ções que, por integrarem um quadro comunitário, deram-se ao luxo da irresponsabilidade fiscal e da concessão de benefícios trabalhistas e previdenciários não sustentados pela produtividade de suas economias. É bem o caso da Europa mediterrânea e o severo ajuste a que tem de submeter-se.

A reglobalização pertencerá àquelas nações que privilegiarem ambientes amigáveis aos negócios, regras do jogo bem estabelecidas e integração a cadeias produtivas transnacionais.

Entre os atuais emergentes ou desenvolvidos, ganharão os que abandonarem a certeza do “automatismo inevitável” de sua ascensão e redirecionarem excedentes para o incremento da inovação.

Esses países, ainda que pertençam originalmente a um ou outro polo da antiga geografia Norte-Sul, serão os verdadeiros “mercados reemergentes”.

MARCOS TROYJO, 46, economista e cientista social, é professor do Ibmec (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais) e diretor do BRICLab na Universidade Columbia

Recoo estratégico

CARLOS BITTENCOURT, MARIA JULIA ANDRADE E RAUL DO VALLE

Pouca gente sabe, mas o Brasil é o país com a maior produção mineral em toda a América Latina.

Entre 2001 e 2011, a produção brasileira cresceu 550% e a participação da indústria extrativa mineral no PIB saltou de 1,6% para 4,1%.

Boa parte dessa produção, no entanto, é destinada à exportação, principalmente para a China, que compra nosso ferro e nos vende carros e eletrônicos.

Estima-se que, em 2008, o país tenha exportado 680 mil empregos junto com o minério de ferro bruto. Segundo o Ministério de Minas e Energia, produziremos em 2030 o triplo de ferro que produzimos hoje. Minerais como o cobre devem ter produção 500% maior até lá.

Para atingir essa meta, a presidente da República encaminhou ao Congresso um projeto que pretende revogar a lei atual, de 1967, e estabelecer novos marcos para o setor. Embora tenha caído o regime de urgência, que previa sua votação em 45 dias, o acordo é que ele seja analisado em rito “expedito”.

Um novo marco jurídico é de fato necessário e alguns pontos do projeto são bem-vindos, como os

O projeto do novo marco regulatório da mineração, embora trate dos direitos das empresas e do Estado, não traz uma linha sobre seus deveres

que pretendem organizar o sistema de autorizações, hoje totalmente caótico, ou o que prevê o aumento do valor dos royalties, já que o Brasil é um dos países que menos se beneficia da renda mineral.

Mas esse marco legal precisa ser compreendido e discutido pela sociedade, no tempo apropriado, pois criará um sistema que vigorará pelo menos pelos próximos 40 anos, com profundos impactos sobre a economia e o território brasileiros.

Há uma série de impactos diretos associados à mineração que não devem ser desprezados. Vão desde a contaminação da água por metais pesados à desestruturação socioeconômica de comunidades inteiras.

O projeto, embora trate muito bem dos direitos das empresas e do Estado (regras para os royalties, contratos, concessões etc.), não traz uma linha sobre os seus deveres.

Questões fundamentais como a definição de áreas livres de mineração, direitos das pessoas e comunidades impactadas (inclusive o de serem consultadas previamente à instalação dos empreendimentos), garantias financeiras para cobrir danos ambientais durante e após a exploração, limites à sobre-exploração da mina em função de aquecimentos momentâneos do mercado, entre outras, simplesmente não constam do projeto.

Se vamos rever nosso marco legal, que seja para efetivamente modernizá-lo, incorporando direitos e valores que não estavam presentes havia 46 anos. A chance é agora.

Para tanto, a pressa em sua aprovação tem que ser trocada pelo interesse em escutar a sociedade, algo que, infelizmente, pouco aconteceu até o momento.

CARLOS BITTENCOURT, 31, historiador, é pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

MARIA JULIA GOMES ANDRADE, 32, antropóloga, é militante do Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração

RAUL SILVA TELLES DO VALLE, 37, advogado, é coordenador de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA)

PAINEL DO LEITOR

A seção recebe mensagens por e-mail (leitor@uol.com.br), fax (0xx/11/3223-1644) e correio (al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900). A Folha se reserva o direito de publicar trechos.

Mensalão

Causa incômodo essa infundável peça teatral bufa do mensalão. Há pouco tempo, para nós, leigos, tinha-se como certo que, ao ser proferida a sentença no STF, não haveria mais o que fazer senão cumpri-la. Não é o que vemos. Há uma infundável gama de recursos que passam a mostrar resultados favoráveis aos réus ao reverter algumas penas. Foram aceitos argumentos em que condenados por crimes semelhantes deveriam ter penas iguais. Isso tem certa lógica. Mas é triste ver uma legislação que iguala penas por baixo, e não por cima.

RICARDO PINTO (São Paulo, SP)

A escapada de José Dirceu de um presidio, eventualmente cogitada por Rogério Gentile (“Olho vivo”, “Opinião”, ontem), não é inverossímil, em vista dos pisoteamentos, por alguns governos latino-americanos e, principalmente, por Cuba, do lastro básico e histórico do direito internacional. Seria uma quebra jamais vista de princípios a concessão de asilo por crime comum, porém entre o céu e a terra podem ocorrer todas as infâmias.

AMADEU R. GARRIDO DE PAULA (São Paulo, SP)

O deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP) disse que vai pagar a sua dívida na prisão. Mas a prisão não paga dívida, é uma punição pelo delito praticado. O que paga a dívida é a devolução do dinheiro. Então o que o povo quer saber é o seguinte: e aí, deputado, vai devolver a grana surrupiada?

FLÁVIO CARDOSO (Guariba, SP)

Guerra na Síria

Os EUA não cumprem resolução da ONU. Impõem o que acham certo, e tudo resulta do seu poderio bélico e econômico. Agora, o governo norte-americano quer atacar a Síria porque entende que o governo Assad matou inocentes com o uso de armas químicas. Com tanta beligerância, uma pergunta fica no ar: por que os EUA nunca se interessaram em salvar a morte por fome os pobres países africanos?

JOSÉ LINEU DE FREITAS (Brasília, DF)

É usual a crítica aos EUA quando o país tenta proteger ou pelo menos ajudar o povo de um país governado por um ditador. Ninguem toma qualquer atitude, mas basta que o governo norte-americano entre na questão para choverem críticas e mais críticas. Porque a ONU, a Unasul, os países árabes e os países europeus não fazem algo para tentar pôr um fim ao massacre na Síria?

CLAUDIR JOSÉ MANDELLI (Tupã, SP)

» LEIA MAIS CARTAS EM www.folha.com.br/paineldoleitor

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: saa@grupofolha.com.br

0800-775-8080 Grande São Paulo: 0xx/11/3224-3090

» OMBUDSMAN: ombudsman@uol.com.br 0800-015-9000

ERRAMOS

erramos@uol.com.br

MERCADO (5.SET, PÁG. B3) O infográfico que acompanhou a reportagem “Governo faz pressão para salvaguardar OSX e MMX” foi publicado com dados incorretos sobre as ações da OSX e da MMX. A queda nas ações da MMX desde o maior valor alcançado é de 89%, e não de 97%. O maior valor atingido pela ação foi de R\$ 20,76, em 10.jun.2008, e não de R\$ 14,39. A ação da empresa fechou a R\$ 2,20 anteontem, e não a R\$ 0,91. Já a queda nas ações da OSX desde o maior valor alcançado é de 97%, e não de 85%. O maior valor atingido pela ação foi de R\$ 32, em 19.mar.2010, e não de R\$ 14,39. A ação da empresa fechou a R\$ 0,91 anteontem, e não a R\$ 2,20.

COTIDIANO (5.SET, PÁG. C1) O gráfico “Rotas simuladas”, que acompanhou o texto “Tempo de voo

O artigo de Gideon Rachman (“O mundo ainda depende mais do que pensa da América policial”, “Mundo”, ontem) desinforma ao confundir hipótese (interesseira) e fato: não há provas concretas de que o governo sírio teria usado armas químicas. Se os EUA têm as provas, que as mostre.

E quem daria o papel de policial do mundo ao governo de um país que, além das matanças que pratica em todo o planeta, sistematicamente desrespeita as normas internacionais? O próprio Obama o comprova: disse que a planejada ação militar estadunidense contra a Síria não necessita de aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

IZILDO CORRÊA LEITE (Vitória, ES)

Espionagem dos EUA

A hilariante e patética justificativa esgrimida por Obama, de que a sistemática bisbilhotagem norte-americana tem como objetivo “entender melhor o mundo”, ofende a inteligência humana e agride os países aliados.

FRANZ ENRIQUE MELCHERTS (Curitiba, PR)

Lei Rouanet

Espera-se de uma lei da natureza da Rouanet que fomenta políticas de Estado (e não de governo) para a cultura, ou seja, que dê condições materiais duradouras para que as expressões culturais à margem do mercado se apresentem. Isso significa, por exemplo, estímulo a bibliotecas públicas e conservatórios de música. Financiar desfiles de moda, que já têm tanto espaço, parece apontar para um problema da lei. O esforço deveria ser então o de modificá-la.

LUIZ CARLOS MONTANS BRAGA (Varginha, MG)

Antigos e tradicionais conceitos, se rompidos, podem tornar a cultura permeável para agregar novos elementos como a moda, que pode não tornar o país uma potência respeitável, mas que, seguramente, contribuirá para a divulgação de nossa identidade, visto que reflete saberes e o jeito de ser de um povo.

INÊS VIEIRA LOPES PIRES (Campinas, SP)

Guia de viagens

Sou assinante da Folha há mais ou menos 20 anos. Fica faltando alguma coisa no meu dia a dia se, por alguma razão, não recebo o jornal. Na quarta-feira, ao lê-lo, fui agraciado com a coluna de Marcelo Coelho (“Bem-vindo à xenofobia”, “Ilustrada”). Qual não foi minha surpresa ao ficar sabendo que faz parte da minha modesta biblioteca um exemplar de “Savoir-Vivre International”, a que ele faz referência.

LINDOLFO S. MARQUES (Curitiba, PR)

da ponte aérea SP-Rio pode cair 8 minutos”, informou erroneamente os percentuais de economia potencial de tempo de voo. Os percentuais corretos são os seguintes: Cumbica/Brasília (7%), Cumbica/Galeão (4%), Cumbica/Santos Dumont (16,3%), Congonhas/Brasília (12,8%), Congonhas/Galeão (3,3%), Congonhas/Santos Dumont (19,3%), Brasília/Galeão (8,8%), Brasília/Cumbica (7,5%), Brasília/Viracopos (2,4%), Brasília/Santos Dumont (3,5%), Brasília/Congonhas (5,4%), Viracopos/Galeão (6,5%), Viracopos/Brasília (4%) e Viracopos/Santos Dumont (18,9%).

ILUSTRADA (4.SET, PÁG. E14) No texto “Bem-vindo à xenofobia”, o guia de viagens “Savoir-Vivre International” foi incorretamente citado com o título “Savoir Faire International”.